

Cerca de 60 mil portugueses bebem água com arsénio a mais

Cerca de 60 mil portugueses consumiram água contaminada com doses excessivas de arsénio em 2004, de acordo com um relatório anual sobre a qualidade da água do Instituto Regulador de Águas e Resíduos citado ontem pelo Público. O Público escreve que o problema do arsénio - substância tóxica e cancerígena - existe há anos em vários pontos do país mas só no final de 2004 emergiu quando dois professores de Esposende divulgaram a situação da localidade de Valbom, no concelho de Vila Flor.

Segundo os dados do último relatório do Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR), divulgado em Dezembro último, a contaminação microbiológica da água, com bactérias passíveis de provocar doenças, ainda é uma questão presente em várias pequenas localidades.

A população da localidade de Valbom terá bebido água com doses elevadas de arsénio pelo menos entre 1996 e 2003. Em 2004, o controlo sobre a contaminação ficou mais apertado, tendo-se registado um aumento ligeiro do número de análises obrigatórias efectivamente realizadas. Além disso, o limite máximo admissível de arsénio na água baixou de 50 para 10 microgramas por metro cúbico. Dessa forma, escreve o jornal, 61.843 portugueses tiveram, nas suas torneiras, água que revelou excesso de arsénio em pelo menos metade das análises realizadas. A maior parte destas pessoas (51.770) são abastecidas por sistemas onde todas as análises superaram o valor máximo de 10 microgramas por metro cúbico. De acordo com o relatório do IRAR, as maiores concentrações de arsénio em 2004 foram observadas no concelho de Vila Flor, distrito de Bragança. Na freguesia de Valbom, chegaram a 540 microgramas por metro cúbico - 54 vezes o valor legal.

O IRAR não conhece nenhum resultado, em 2005, que tenha superado o valor máximo para arsénio no concelho de Vila Flor. Os dados do IRAR de 2004 revelam porém contaminações elevadas na água noutros concelhos.

Das 39 análises realizadas ao arsénio no município de Ponte de Sôr, no Alto Alentejo, 15 deram resultados superiores ao limite admissível. Em termos de população exposta, Alpiarça lidera a lista, com 6.500 habitantes sujeitos a água com duas vezes a quantidade admissível de arsénio.

Segundo o Público, mesmo em baixas concentrações, o arsénio pode ter efeitos na saúde (problemas dermatológicos e cancro de pele, bexiga, rins e fígado), se a água for continuamente consumida durante vários anos.

Em alguns pontos do país, a contaminação da água com arsénio é de origem natural mas, de acordo com o IRAR, alguns produtos utilizados no tratamento da água podem, eles próprios, conter a substância.

Os dados do IRAR revelam também que ainda há problemas de contaminação microbiológica em muitos pontos do país e indicam que cerca de 18 mil pessoas

estiveram sujeitas a águas em que 100% das análises revelaram a presença da bactéria "e.coli", que provoca problemas no aparelho digestivo.

Segundo o IRAR, isto não significa que estas pessoas estiveram a consumir água contaminada durante todo o ano pois parte dos casos de poluição microbiológica tem a ver com falhas circunstanciais de desinfecção e, em alguns casos, pode ter a ver com a própria canalização doméstica.

O relatório indica que, apesar dos problemas com alguns parâmetros, o controlo da qualidade da água melhorou de 2003 para 2004, sobretudo porque o número de análises em falta diminuiu.

Também os resultados foram globalmente melhores e, de todas as análises feitas, 2,7% revelaram contaminação excessiva de um ou outro parâmetro. De acordo com o relatório, a taxa de incumprimento fica em 1,8%, menos do que os 2,1% em 2003.

Os sistemas de gestão da água têm o dever de notificar as autoridades ambientais e sanitárias sempre que uma análise revela valores superiores aos limites legais mas nem todos o fazem, refere o jornal.

Dulce Pássaro, vogal do IRAR, disse ao Público que houve seis Câmaras Municipais que não enviaram dados sobre a qualidade da água que distribuem (Arruda dos Vinhos, Cuba, Meda, Sertã e Vila Nova de Foz Côa). A responsável adiantou que o IRAR vai iniciar um processo de admoestação a estas autarquias em falta.